

DIAGNÓSTICO E DIVULGAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DE TERESÓPOLIS/RJ: CONTRIBUIÇÕES PARA O OBSERVATÓRIO DE TERESÓPOLIS

Diagnosis and disclosure of the economic and financial situation of teresópolis / rj: contributions to observatório de teresópolis

Roberta Montello Amaral¹, Patrick Fontaine Reis de Araújo¹, Danilo Amaral da Fonseca²

¹Docente do Curso de Graduação em Administração e Ciências Contábeis do UNIFESO – Teresópolis – RJ, ²Pesquisador voluntário, Mestrando em Administração pela UFJF.

Resumo

Este artigo tem como objetivo situar a avaliação de políticas públicas da cidade de Teresópolis, estabelecendo-se como instrumento para fomentar o debate sobre os rumos futuros da comunidade. Os indicadores serviram à elaboração de um diagnóstico sobre a trajetória recente da gestão pública na cidade e à identificação de caminhos possíveis. Todas as etapas foram realizadas em diálogo constante com a comunidade.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos; Avaliação de políticas públicas; *Benchmark*.

Abstract

This article aims to situate the evaluation of public policies of the city of Teresópolis, establishing itself as an instrument to foster debate on the future direction of the community. The indicators served to elaborate a diagnosis about the recent trajectory of the public management in the city and the identification of possible ways. All the steps were carried out in constant dialogue with the community.

Key words: Socioeconomics Indicators; Public policies evaluation; Benchmark.

INTRODUÇÃO

Estudar a evolução de indicadores é um esforço pertinente às ciências sociais e humanas e pode resultar num mapeamento de como funciona certo fenômeno. Trata-se de um instrumento essencial à fundamentação de análises e verificação estatística, ainda que incompleta, da realidade concreta. Este mapeamento atende a diversos fins, iluminando trajetórias e indicando possíveis soluções para se atingir objetivos desejados. Mapear o comportamento passado e usar essa narrativa histórica para prospectar e direcionar o futuro é mais que simplesmente incorporar ferramentas matemáticas e estatísticas ao exercício científico; é também compreender que fenômenos, quaisquer que sejam, apresentam padrões e regularidades comportamentais e que a aleatoriedade explica somente parte deles.

A proposta de estudar o passado para prognosticar o futuro parte da premissa que a casualidade é apenas um elemento do ordenamento social. Se isto é verdade, então podemos, a partir de certo ponto no tempo e espaço, estruturar padrões de progressão, e buscar, sempre consciente dos limites da ação humana e individual, interferir na realidade para encaminhá-la a um ponto desejado. Corrigir trajetórias é possível a qualquer momento, mas, quanto mais cedo ocorrem as intervenções, maiores são as chances de alcançar certo objetivo desejado.

São próprias da lógica de funcionamento de sociedades contemporâneas as oscilações conjunturais, que afetam de maneira sensível a evolução das contas públicas, em muitos casos prejudicando a execução orçamentária; e tais oscilações tendem a ser mais frequentes e profundas em economias periféricas. A

Economia Brasileira, e seus principais entes públicos articuladores - Municípios, Estados e Governo Federal - vêm vivenciando fortes reduções arrecadatórias e uma consequente queda na capacidade de pagamento. Esse é também o caso do município de Teresópolis, cidade da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Após as repercussões em escala nacional resultantes da tragédia ocorrida em 2011, na qual várias centenas de pessoas perderam as vidas em uma catástrofe hidroecológica, o município vem passando por inúmeras crises políticas que certamente contribuíram para a trajetória que se percorreu até a atual situação de crise econômica e financeira. Como reflexo desse processo, o exercício de 2015 se encerrou sem que vários produtos e serviços prestados tenham sido devidamente remunerados, o que se faz mais dramático quando considerados os compromissos relativos ao pagamento de funcionários ativos e inativos, incluindo profissionais da educação.

É imprescindível que a sociedade se organize em torno de proposições e ideias que apontem causas, soluções e consequências para o contexto em que se vive. A avaliação de políticas públicas é um exercício de cidadania fundamental ao funcionamento democrático, que depende da circulação de informações de qualidade para nortear o processo eletivo de representantes.

Ciente da capacidade de transformação da ação humana sobre a realidade socioeconômica, o objetivo geral deste trabalho foi divulgar para a sociedade de Teresópolis um compêndio dos principais indicadores socioeconômicos do município, visando elaborar um diagnóstico da gestão pública da cidade e propor caminhos possíveis para superar os problemas identificados.

Para alcançar tal objetivo, foi necessário realizar uma pesquisa prévia para determinação do cenário no qual Teresópolis encontra-se. A primeira etapa consistiu na compilação de uma base de dados de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, que, para que tenha sentido, precisa ser elaborada com base em um arcabouço teórico de análise da gestão pública, e sobre uma base de comparação. Assim, como objetivos parciais do projeto pretendeu-se: i)

efetuar um levantamento dos indicadores disponíveis sobre o desenvolvimento econômico, financeiro e social de Teresópolis e consolidá-los numa base de dados para consulta pública; ii) realizar uma análise de perspectiva histórica e comparativa dos indicadores, utilizando ferramentas de estatística e econometria; iii) prospectar cenários futuros para a evolução dos indicadores compilados, tendo identificado indicadores passíveis de melhora no curto-prazo e com baixo custo político-econômico.

Por fim, objetivou-se levar as informações à público, ou seja, a partir da formação de uma rede de análises conjuntas (composta por agentes públicos do município, universidade e cidadãos interessados) estruturar um Plano Plurianual de ação e mobilização da sociedade, contendo propostas e metas a serem implementadas, com base em todas as informações levantadas. O Plano Plurianual visa estabelecer-se como uma ferramenta centralizadora de informações e diagnósticos no planejamento continuado da administração pública municipal, contendo uma clara agenda propositiva, desenvolvida a partir do diagnóstico analítico da situação socioeconômica da cidade de Teresópolis. Os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção do UNIFESO despontam naturalmente como principais interessados e articuladores dessa estratégia em meio à instituição, mas progressivamente serão necessárias análises complementares de outros âmbitos da ciência (ciências da saúde, biológicas, jurídicas e etc.) para que a estratégia ganhe contornos de aplicabilidade executiva. Em meio a esse processo, ressalta-se o aprendizado de técnicas de avaliação de política pública e econométricas, despertando curiosidade científica em potenciais pesquisadores, que naturalmente evoluirá para a elaboração de artigos e outros materiais científicos a serem potencialmente inseridos nos circuitos científicos nacionais e internacionais.

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta uma breve contextualização do problema; a terceira seção apresenta um resumo da metodologia empregada; a quarta

seção apresenta resultados e discussões e, por fim, a quinta seção relata as considerações finais a respeito da pesquisa, incluindo conclusões, limitações da pesquisa e sugestões de trabalhos futuros.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Tradicionalmente, a avaliação das contas públicas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, concentra-se em aspectos meramente financeiros, contábeis e orçamentários. No entanto, modernamente este conceito tem evoluído no sentido de se tentar medir não apenas estes aspectos, mas também aspectos econômicos e sociais. Deste modo, em adição à fiscalização quanto ao cumprimento da legalidade de determinada gestão, tende-se a privilegiar, também, os resultados alcançados no que diz respeito à evolução das condições sociais da população.

É consenso que a gestão pública atual deve privilegiar eficácia, eficiência e efetividade quanto ao uso dos recursos públicos. Portanto, a credibilidade e a relevância de um método de avaliação destinada ao setor público só são alcançáveis quando se permite analisar estas características de tal forma que seja possível refletir o que a sociedade, cliente primeiro do setor público, necessita, e a que distância esta se encontra dos seus objetivos principais.

Sob esta ótica, os novos modelos de avaliação de resultados dentro do setor público devem buscar a construção de metodologias que permitam, não apenas aos gestores, mas também aos seus fiscalizadores (entre estes os Tribunais de Contas e a própria sociedade), visualizar o cenário no qual estamos inseridos, de modo a se avaliar se estamos dentro da trajetória desejada ou se precisamos corrigi-la.

Dentro desta proposta de elaboração de uma nova metodologia, um ponto de extrema importância, mas pouco explicitado pelos trabalhos acadêmicos pesquisados, é a sugestão de indicadores a serem considerados. Muitos são os aspectos teóricos levantados sobre como devem ser os índices escolhidos e quais cuidados devem ser levados em consideração na sua montagem, escolha e avaliação. No entanto, poucos são os autores que propõem, de forma objetiva e pragmática,

quais indicadores podem e devem ser utilizados.

Há que se destacar que esta não é uma iniciativa recente. Desde o século XVI, há registros da coleta de algumas medidas sociais. No entanto, é apenas a partir do século XVII que, em função da necessidade de maior atuação do Estado nas áreas de defesa nacional e saúde ambiental, foi iniciado um movimento mais organizado de coleta de informações estatísticas a respeito de tópicos sociais. Nos séculos XVIII e XIX, há uma intensificação dos movimentos de coleta e organização de dados sociais, o que iniciou o percurso para a construção dos modelos mais atuais de medição e coleta de características sociais.

Apesar dos seus antecedentes datarem do início do século XX, a história da moderna avaliação de resultados só começou a ser traçada na década de 60, tendo o termo “indicador social” aparecido, pela primeira vez, em 1966. Até então, os agentes decisórios governamentais dispunham de informações pouco confiáveis e num volume aquém do desejável para que fosse possível fazer análises mais profundas, precisas e confiáveis. A partir da percepção deste cenário, iniciou-se o “movimento de indicadores sociais”, que visava ampliar a construção de indicadores que, até então, eram focados apenas em medidas de desempenho econômico. Desde então se percebe um crescimento significativo dos trabalhos referentes a este tema.

A principal finalidade de um indicador social é traduzir o bem-estar, que não é mensurável diretamente nem tampouco pode ser observado. Assim, os indicadores “são medidas de uma característica observável de um fenômeno social e que estabelecem o valor de uma característica diferente, mas não-observável, do fenômeno. Isso aponta para duas características importantes dos indicadores: eles são substitutos e são medidas. Como substitutos, os indicadores sociais não representam a si mesmos. Ao contrário, traduzem conceitos sociais abstratos ou não-mensuráveis em termos operacionais, tais como ‘ruas seguras’, e que permitem o exame e a análise de conceitos, tais como ‘número de dias sem crimes’. (...) E, enquanto ‘medidas’, os indicadores sociais

referem-se às informações que, em termos conceituais, são quantificáveis e devem evitar aquelas informações que não podem ser expressadas através de uma escala ordenada”.

Uma avaliação de resultados satisfatória deverá, necessariamente, abranger indicadores de eficácia, eficiência e efetividade. Antes de prosseguir, vale a pena, portanto, definir o que cada uma destas dimensões representa.

Eficácia é atingir o objetivo proposto, cumprir, executar, operar, levar a cabo; é o poder de causar determinado efeito. Eficaz, então, é o que realiza perfeitamente determinada tarefa ou função, que produz o resultado pretendido. Dicionários em inglês destacam o uso do termo, especialmente quando se trata de doença ou problema: remédio eficaz, método de tratamento eficaz; fez uma limpeza eficaz; constatou a eficácia das armas e da estratégia usada.

Eficiência é a qualidade de fazer com excelência, sem perdas ou desperdícios (de tempo, dinheiro ou energia). Eficiente é aquilo ou aquele que chega ao resultado, que produz o seu efeito específico, mas com qualidade, com competência, com nenhum ou com o mínimo de erros. O eficiente vai além do eficaz. A eficiência tem uma gradação: uma pessoa, máquina ou organização pode ser mais ou menos eficiente que outra. Uma secretária pode ser mais eficiente amanhã do que hoje. Um sistema de refrigeração pode ser mais eficiente que outro. Já a eficácia implica sim ou não: uma medicação, por exemplo, ou é eficaz ou não é.

Efetividade, por sua vez, é também a qualidade do que atinge seu objetivo; é a capacidade de funcionar normalmente, satisfatoriamente, porém, tem mais a ver com a realidade, com o que é real e verdadeiro. O efetivo está realmente disponível, é incontestável, verificável, executável. Exemplos: Tal propaganda é simples, mas efetiva. A duração efetiva da prova será de uma hora. O diretor efetivo (de fato, de verdade) é o filho e não o pai.

Assim, avaliar a eficácia de determinado programa é preocupar-se quanto ao grau de alcance das metas estipuladas para um determinado período, sem que se considere os custos incorridos. Assim, no caso de um programa de educação, seria verificar, por exemplo, o percentual de crianças em idade escolar de determinado município que estão efetivamente matriculadas em escolas públicas num determinado ano.

A mensuração de eficiência, no entanto, já considera a relação entre os produtos obtidos e os custos incorridos, também para um determinado período. Admitindo o

mesmo programa de educação, seria o gasto médio com educação por aluno.

Medir a efetividade, por sua vez, é avaliar a relação entre os resultados alcançados e os objetivos esperados. Muitas vezes, é de difícil mensuração, já que pressupõe uma ideia precisa do que se deseja obter. Seguindo com o exemplo anterior, um indicador de efetividade seria avaliar a qualidade do ensino em escolas públicas através do acompanhamento das notas médias do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Este é o indicador que mais fornece informações sobre o que se deseja medir, mas, em virtude da dificuldade em se definir corretamente o que é ser efetivo, muitas vezes só podemos encontrar indícios, através de indicadores de eficácia e eficiência e da utilização de comparações com benchmarks, se o caminho percorrido corresponde ao esperado.

Adicionalmente, há que se respeitar algumas propriedades que os indicadores deverão possuir.

Segundo Sink, os indicadores, em sua função de instrumento de medida e de avaliação, deverão possuir algumas características que permitam sua operacionalização de forma simples e eficaz. Dentre as características definidas pelo autor, podemos identificar as seguintes:

Simplicidade – o indicador deve ser uma ferramenta de simples manuseio e compreensão, que permita visualizar as informações que representa.

Ter um baixo custo de obtenção – o grande problema nas organizações públicas é a grande quantidade de dados disponíveis e não tratados. A identificação dos melhores indicadores deve repousar sobre aqueles que são mais facilmente encontrados e cujo tratamento não requeira altos custos.

Estabilidade – o processo de avaliação nas organizações deve ter a função de um fusível, que interrompe a corrente elétrica à medida que ele [sic] se torna muito alta, ou seja, deve ser parte integrante do sistema e permitir feedback ao gestor. Nada mais perene que informações quotidianas, que sejam parte da rotina de seu funcionamento.

Confiabilidade – as decisões a nível gerencial demanda [sic] muita responsabilidade e pouco tempo para serem formuladas. Um bom indicador, neste aspecto, deve estar embasado em informações confiáveis e coerentes, sem o que as decisões invariavelmente redundarão em fracasso.

Takashina acrescenta, apropriadamente, a característica de comparabilidade para um bom

indicador, tendo em vista a possibilidade de praticar o benchmark com organizações similares e alcançar ganhos de qualidade.

Os trabalhos desenvolvidos com relação a indicadores sociais, no Brasil, concentram-se, basicamente, na realização de auditorias de desempenho.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, contém uma série de publicações com o resultado de auditorias de programas sociais que visaram avaliar o “desempenho do Governo Federal em áreas estratégicas para a sociedade brasileira”. Nestas publicações, pode-se perceber uma preocupação em se fazer apenas uma verificação “ex-post” do que ocorreu. Assim, a avaliação de resultados vem se limitando à realização de auditorias de desempenho, limitando as análises a constatações. Com isto, elimina-se uma etapa extremamente importante da avaliação, uma vez que não é mais possível corrigir erros passados. É claro que este trabalho também é bastante relevante, na medida em que aponta possíveis medidas a serem adotadas, mas ainda pode ser aprimorado se for dada a devida atenção ao planejamento inicial.

A Fundação Cesgranrio apresenta outros trabalhos de avaliação de resultados de programas dentro da área de educação.

Nos Tribunais de Contas Estaduais, também são encontrados alguns trabalhos voltados para a ótica da avaliação de resultados. No TCE/RJ, por exemplo, “esse tipo de abordagem foi utilizado no exame das contas de gestão do Estado do Rio de Janeiro, exercício/99, embora a análise tenha sido prejudicada em alguns aspectos pela falta de indicadores e medidas de desempenho que deveriam constar do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual do referido exercício”. Nos demais Estados, pode-se destacar a atuação dos Tribunais de Contas da Bahia e do Paraná, cujos trabalhos, no sentido de implementar e realizar auditorias de desempenho, vêm crescendo significativamente.

No entanto, as atuações brasileiras, nesta área, ainda são bastante pontuais, o que indica uma necessidade de buscar aprimorar a troca de experiência entre as entidades fiscalizadoras, o que possibilitará um aprimoramento das técnicas empregadas.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que deram suporte à propositura do projeto foram desenvolvidos em quatro etapas: levantamento dos dados, amostragem e análise, estudo comparativo e projeção de cenários futuros, que deram base à formulação de metas e propostas para a otimização da gestão do município de Teresópolis.

Para o levantamento dos dados, foi realizada uma pesquisa envolvendo os órgãos federais, estaduais, municipais e as iniciativas privadas, com o intuito de colher os dados que são periodicamente coletados e disponibilizados com informações sobre o município. Tal levantamento incluiu tanto variáveis ligadas a questões econômico-financeiras, como arrecadação, gastos com pessoal etc, assim como indicadores ligados a questões de interesse social, como evolução das taxas de mortalidade infantil, roubo de automóveis etc. As variáveis pesquisadas foram escolhidas com base em teorias de avaliação de políticas públicas.

A partir dos dados coletados, cada variável passou por um processo de identificação de sua trajetória, com o auxílio de ferramentas estatísticas e de econometria. A ideia é que cada variável passasse por um filtro capaz de separar o que podemos atribuir a questões aleatórias e o que não está ligado a fenômenos casuais. Identificada a parcela explicável (não aleatória), foi possível traçar metas e indicar caminhos a serem seguidos de acordo com o desejável. Destaca-se a importância da definição, nesta etapa, de benchmarks para os diferentes indicadores eleitos como prioritários, uma vez que esta medida determinará se as metas propostas serão factíveis ou não.

Calculados os indicadores e apurados os resultados que se deseja para o município, a etapa final consistiu em divulgar e dar publicidade ao levantamento e às metas propostas através de ações junto à sociedade em geral (incluindo Teresópolis, prioritariamente).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao levantar-se um questionamento a respeito do desempenho de alguma entidade pública, o caminho intuitivo é explorar as

bases de dados e avaliar a evolução destes ao longo do tempo, para então tecer uma análise. Dados, no entanto, descolados de alguma retórica que os contextualize, como alguma base de comparação, ou um objetivo a ser alcançado, não esclarecem a priori muito sobre a situação para além de uma informação numérica. É preciso que se tenha uma noção da ordem de grandeza, de movimento, de direcionamento, de comparabilidade para que os dados passem informações inteligíveis sobre o que se pesquisa (JANNUZZI, 2002; reis, 2003). Nesse sentido, cada ciência tem sua práxis para a aplicação de dados, e o mesmo serve para a avaliação de políticas públicas, entendida como subárea da Ciência Política (TREVISAN & BELLEN, 2008).

Ainda que sejam muito recentes, no Brasil, os estudos a respeito de políticas públicas, nos países desenvolvidos se estabeleceram como práticas sistematizadas, sobretudo a partir dos anos 1970. Os primeiros estudos a surgir no Brasil se dedicavam a avaliar os impactos redistributivos do processo de modernização conservadora que ocorreu aceleradamente ao longo do regime militar (TREVISAN & BELLEN, 2008). O Estado, que vinha atuando como uma “caixa preta”, começou a ser questionado quanto ao seu desempenho pela sociedade civil, especialmente após a passagem para a década de 1980, que marca o desencadeamento da Crise da Dívida Externa Latino-Americana. Os gastos públicos, financiados com endividamento externo, tornaram-se, então, um problema, e a eficiência desses gastos passou a ser uma questão relevante. As pesquisas, no entanto, só ganharam intensidade e corpo a partir dos anos 2000 (JANNUZZI, 2002; ARRETCHE, 2003), possivelmente como resultado indireto da estabilização monetária e a consolidação do atual arcabouço macroeconômico.

Uma das consequências do estado prematuro em que o estudo das políticas públicas encontra-se no Brasil é o fato de não existirem metodologias e tipificações consistentes, difundidas e consolidadas, o que faz com que as diferentes análises não se comuniquem nos mesmos termos.

Levando-se em conta o que apontam Trevisan e Bellen (2008) e Jannuzzi (2002),

este estudo toma, como ponto de partida, a existência de informações empíricas a respeito do desempenho do aparato público. A compilação de indicadores permite a verificação de padrões no comportamento estatístico, e a definição, a posteriori, de um corte organizativo com base no cruzamento entre tais padrões e a sucessão de fatos históricos. Essa opção metodológica, no entanto, não resolve a necessidade de se entender qualitativamente os dados, além de tê-los contextualizados.

Consciente da necessidade de ter, lado a lado, indicadores e teorias, cabe levantar, em nível mais agregado, quais são as áreas de interesse desse trabalho. O caminho mais lógico parece ser tomar as atribuições básicas da administração pública como ponto de partida. Saúde, educação, emprego, habitação, segurança pública, renda, acesso à infraestrutura, desigualdade e pobreza absoluta são aspectos cruciais da gestão pública, mas cada uma dessas rubricas engloba diversos indicadores (JANNUZZI, 2002). O próximo passo seria, portanto, proceder com a compilação dos indicadores disponíveis em cada uma dessas rubricas, para em seguida categorizá-los e, por fim, proceder com a sistematização de um conjunto de indicadores que permitam análises embasadas por arcabouços teóricos.

Depois de efetuada a escolha dos indicadores, este trabalho usa a metodologia de estabelecimento de benchmarks. Segundo Amaral (2012), “O benchmark pode ser considerado um marco crível, uma medida que deve servir como meta a ser alcançada”. Para estabelecimento destes marcos, optou-se pela elaboração de uma base de dados que comparasse o desempenho de Teresópolis aos demais municípios do Estado do Rio de Janeiro e por definir diferentes níveis de comparação com base na similaridade da Cidade de Teresópolis com as demais cidades fluminenses. Para isso, observou-se a última informação oficial divulgada de PIB municipal e população residente, disponíveis no site da Fundação CEPERJ. Os dados de PIB a preços de mercado, PIB per capita, participação de serviços na composição do PIB total e população residente, todos de 2013, foram admitidos para a identificação do grau de

similaridade, estabelecido conforme algumas medidas de estatística robusta: o percentil ou decil no qual Teresópolis se encaixa.

Como resultado, identificou-se cinco conjuntos de municípios:

a) Maior grau de similaridade (C1): composto por aqueles municípios que apresentarem os quatro indicadores avaliados no mesmo nível;

b) Médio grau de similaridade (C2): composto por aqueles municípios que apresentarem três indicadores avaliados no mesmo nível;

c) Baixo grau de similaridade (C3): composto por aqueles municípios que apresentarem dois indicadores avaliados no mesmo nível;

d) Baixíssimo grau de similaridade (C4): composto por aqueles municípios que apresentarem somente um indicador avaliados no mesmo nível;

e) Nenhum grau de similaridade (C5): composto por aqueles municípios que não apresentarem indicadores avaliados no mesmo nível.

Como resultados, C1 continha apenas um município (Angra dos Reis), C2 resultou em cinco cidades (Duque de Caxias, Petrópolis, Barra Mansa, Nova Friburgo e Itaboraí), C3 foi composto por 14 municípios, C4 por 26 municípios e C5 por 45 municípios.

Quando analisadas as variáveis setoriais, sempre em comparação com os municípios similares, foi possível constatar que, em algumas áreas, o município de Teresópolis encontra-se numa situação relativamente favorável. No entanto, esta pesquisa inicial teve como foco a identificação de pontos de melhoria. Comparando-se os municípios dos grupos conforme grau de similaridade, foram identificados alguns indicadores com potencial de avanço. Os resultados estão resumidos na tabela 1.

Tabela 1: Resumo dos resultados da coleta de dados – Teresópolis

Área do Indicador	Indicador	Teresópolis*	Benchmark	Meta Estabelecida (2017)
Trab e renda	PIB per capita	25% menor	DC e Petr	R\$ 31,5 MIL
Saúde	TBM %	3% maior	DC e It	7,1
Saúde	Leitos %	20% menor	AR e NF	2,2
Saúde	Médicos %	20% menor	BM e AR	2,6
Educação	Alunos por Estabelecimento - Pré Escola	70% maior	Petr e AR	34
Educação	Alunos por Estabelecimento – Fundamental	25% maior	Petr e BM	187
Educação	Alunos por Estabelecimento – Ensino Médio	50% maior	BM e DC	346
Educação	Alunos por Docente – Pré Escola	135% maior	BM e NF	10
Educação	Alunos por Docente – Fundamental	50% maior	NF e BM	15
Educação	Alunos por Docente – Ensino Médio	20% maior	DC e BM	11
Educação	Alunos % pop – Ensino Médio	7,4% menor	It e AR	17,5
Habitação	% domicílios com banheiro ligado à rede de esgoto	55% menor	DC e Petr	51
Seg pública	Lesão corporal	36% maior	DC e NF	1.200
Seg pública	Extorsão/Estelionato	42% maior	NF e AR	252
Seg pública	Ameaças	39% maior	Petr e BM	960
Seg pública	Apreensão de drogas	71% maior	It e BM	480
Adm pública	Equilíbrio Orçam	3,5% menor	Petr e NF	0,98
Adm pública	Comprom com Máq Adm	6,5% maior	It e NF	0,97
Adm pública	Autonomia Financ	12% menor	AR e DC	0,23
Adm pública	Esforço Tribut Próprio	10% menor	Petr e DC	0,23
Adm pública	Dep da Transf de Recursos	20% maior	AR e Petr	0,54
Adm pública	Carga tribut per Capita	55% maior	NI e NF	\$ 349/HAB
Adm pública	Custeio per capita	8% maior	DC e BM	\$ 2.235/HAB
Adm pública	Invest per capita	80% menor	BM e NF	\$ 234/HAB
Adm pública	Grau de Investim	80% menor	BM e NF	0,10
Adm pública	Liquidez Corrente	70% menor	AR	1,96

* em relação ao benchmark AR: Angra dos Reis; DC: Duque de Caxias; Petr: Petrópolis; BM: Barra Mansa; NF: Nova Friburgo; It: Itaboraí. Fonte: Dados da pesquisa

O que a tabela aponta é que há muito a ser melhorado em todas as áreas, o que confirma a importância do levantamento e de levar a situação a público. Depois de terminada a pesquisa apresentada, a equipe iniciou a etapa de extensão, tendo sido programadas algumas apresentações para divulgação dos resultados encontrados. As apresentações foram elaboradas conforme o público alvo e realizadas de junho a novembro de 2017. Destaca-se que, ao longo da fase de divulgação dos resultados, a análise inicial foi atualizada de acordo com a divulgação do TCE-RJ, que apresentou dados mais recentes, referentes ao ano de 2015. Neste caso, identificou-se a melhora em três indicadores (Comprometimento com a Máquina Administrativa, Autonomia Financeira e Custeio per capita), mas os demais apresentaram recuo em relação à situação de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito anteriormente, o objetivo geral deste trabalho foi divulgar para a sociedade de Teresópolis um compêndio dos principais indicadores socioeconômicos do município, visando a elaborar um diagnóstico da gestão pública da cidade e propor caminhos possíveis para superar os problemas identificados. Este objetivo foi alcançado com as apresentações elaboradas em diferentes formatos, conforme descrito e apresentado na seção resultados encontrados e discussões.

Com relação aos objetivos parciais, foram elencados:

i. efetuar um levantamento dos indicadores disponíveis sobre o desenvolvimento econômico, financeiro e social de Teresópolis e consolidá-los numa base de dados para consulta pública. Este objetivo foi cumprido conforme dados da tabela 1, também apresentada na seção resultados encontrados e discussões;

ii. realizar uma análise de perspectiva histórica e comparativa dos indicadores,

utilizando ferramentas de estatística e econometria. Este objetivo também foi cumprido para que se pudesse estabelecer as metas propostas e apresentadas também na Tabela anterior;

iii. prospectar cenários futuros para a evolução dos indicadores compilados, tendo identificado indicadores passíveis de melhora no curto-prazo e com baixo custo político-econômico. Estes resultados também estão apresentados na Tabela 1 da seção resultados encontrados e discussões.

Resumidamente, pode-se afirmar que o PIB per capita de Teresópolis está cerca de 25% abaixo do seu valor alvo. Com relação à saúde, as Taxas Brutas de Mortalidade e de Mortalidade Infantil estão acima do desejável e é necessário incrementar leitos do SUS disponíveis e números de médicos. A investigação da Educação aponta para uma necessidade de ampliação do número de docentes e estabelecimentos de ensino relativos aos ensinos infantil, fundamental e médio. No que diz respeito à habitação, há que se avançar no saneamento básico. Na área de segurança, não parece haver crescimento preocupante dos principais crimes contabilizados pelo Instituto de Segurança Pública, apesar de haver uma tendência sustentada de crescimento dos crimes de lesão corporal, estelionato e ameaças. Finalmente, na área de administração pública, já encontramos pequenas melhorias se compararmos os anos de 2014 e 2015. Os indicadores

“Comprometimento com a Máquina Administrativa”, “Autonomia Financeira” e “Custeio per capita” já ultrapassaram a meta estabelecida quando a pesquisa inicial foi realizada. Quanto aos demais indicadores, no ano de 2015, todos apresentaram piora e descolaram-se em relação à meta estabelecida: “Equilíbrio Orçamentário” apresentou valor de 0,88; “Esforço Tributário próprio” alcançou 0,19; “Dependência da Transferência de Recursos” (excluindo-se royalties) caiu para 0,62; “Carga Tributária per Capita” subiu para R\$ 586/habitante; “Investimentos Per Capita” limitou-se a R\$

22/habitante; “Grau de Investimento” despencou para 0,001 e “Liquidez Corrente” regrediu a 0,21.

Destaca-se que esta pesquisa tem como grande limitação a impossibilidade de obter dados mais recentes, uma vez que as estatísticas oficiais apresentam uma defasagem muito grande entre a data da coleta de dados e sua efetiva divulgação. Este é um problema potencialmente preocupante em se tratando de um cenário econômico do Estado do Rio de Janeiro e do próprio município de Teresópolis, no qual muitas alterações relevantes no status que tiveram andamento ao longo dos dois anos de realização deste projeto.

Como sugestão de trabalhos futuros, recomenda-se a atualização da base de dados, além da construção de uma pesquisa mais aprofundada acerca dos indicadores de administração pública que, notoriamente, são o ponto de partida para a alteração da condição social, econômica e financeira do município. Adicionalmente sugere-se que a mesma metodologia seja aplicada a outros municípios e/ou estados brasileiros que necessitem de um diagnóstico semelhante.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. M., D’ALMEIDA, A.D.; MESQUITA, B. S. de; HEISS, M.; A AVALIAÇÃO DE RESULTADOS NO SETOR PÚBLICO: Teoria e Aplicação Prática no Estado do Rio de Janeiro, TCC, FGV, Rio de Janeiro, mar/2004.

AMARAL, R. M.; AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Bento Gonçalves-RS, 2012.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; TCE-RJ, SGP, 2011.

JANNUZZI, P.M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Revista de Administração Pública, 36(1), Janeiro/Fevereiro, 2002.

MESQUITA, R.; ALBUQUERQUE, G.; Planos e Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA – Pontos Controversos; TCE-RJ; Rio de Janeiro. Mimeo.

REIS, E.P. “Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18 n.51, fev. 2003.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.

TREVISAN, A. P. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, 42(3), Maio/Junho, 2008.

Contato:

Nome: Roberta Montello Amaral
e-mail: amaralroberta@yahoo.com.br

Apoio financeiro: PIE_x – Plano de Incentivo à Extensão do UNIFESO